

O IMAGINÁRIO DA MULHER GAÚCHA EM RELAÇÃO AO COOPERATIVISMO

Angela Ester Mallmann Centenaro¹

RESUMO: O objetivo central desta pesquisa, inserida na linha de pesquisa - associativismo e cooperativismo -, foi verificar como as mulheres percebem as modificações que estão ocorrendo no mundo do trabalho cooperativo rural e urbano, tanto nos planos político e administrativo, como industrial e financeiro-contábil que as circundam, e que soluções elas sugerem para resolver problemas locais sobre o tema abordado. A pesquisa de campo se realizou através de 40 entrevistas com associadas a cooperativas de crédito, agropecuária e de trabalho e 10 entrevistas com não associadas a cooperativas todas moradoras no distrito de Pinhal Alto, município de Nova Petrópolis-RS, e analisadas através de método qualitativo, tentando captar como o imaginário feminino percebe na realidade empírica rural as mudanças assinaladas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Imaginário; Cooperativas.

THE IMAGINARY OF THE 'GAUCHA' WOMAN IN RELATION TO COOPERATIVISM

ABSTRACT: The main goal of this research, linked to associativism and cooperativism, was to verify how women perceive the changes that are occurring in the rural and urban cooperative systems, both in the political and administrative levels, as well as in the industrial and financial accounting that surround the system, and what solutions they suggest to solve local problems to the problem addressed. The field research was conducted through interviews with 40 women associated to credit, agriculture and labor cooperatives and 10 interviews with women non-affiliated to cooperatives, all residents in the district of Pinhal Alto, in the municipality of Nova Petrópolis, RS, and analyzed using qualitative methods trying to capture as feminine imaginary in the rural empirical reality perceives the highlighted changes.

KEYWORDS: Women; Imaginary; Cooperatives.

1 INTRODUÇÃO

Estudos sobre o feminino permitem-nos constatar que este universo é conduzido pelo seu imaginário e conforme o grau de desenvolvimento, assim como também é influenciado pelo tipo de economia, de regime social e político dominante no país a que pertence.

Os estudos acerca do imaginário não constituem uma disciplina com objeto e método unificados. Trata-se de variada gama de abordagens disciplinares, acessadas por diferentes métodos. Entretanto, o que reúne interesse é o estudo das “representações”, ou seja, representamos imaginando e imaginamos sob o modo de representação. A representação é sempre uma trama tecida pela intencionalidade e afeto da pessoa. A pessoa pressiona o fluir das sensações e destacam algumas delas, impressionando-as imaginativamente com um sentido específico. Desse modo, produz as mesmas com significados, fazendo delas um objeto social, uma “coisa” historicamente definida (BOURDIEU, 2010).

A dificuldade que mulheres, principalmente da cidade sentem em relação a elas próprias e as ‘diferentes’ mulheres do mundo deve-se ao fato de o patriarcado capitalista ou a civilização ‘moderna’ se basear numa cosmologia e numa antropologia que dicotomiza estruturalmente a realidade e opõem hierarquicamente, frente a frente, as duas partes: uma sempre considerada superior, sempre próspera e progredindo à custa da outra. Deste modo a natureza é subordinada ao homem; a mulher ao homem; o consumo à produção; o local ao global, etc. Há muito tempo que as feministas criticam esta dicotomia, principalmente a divisão estrutural do homem e da natureza, que é vista de modo análogo à do homem e da mulher (MIES, 1993, p. 14).

Desta diversidade de situações pode-se antever a necessidade de estudos sobre a problemática social do feminino. Esta pesquisa reúne a história da mobilização das mulheres e o advento do cooperativismo fundindo-se em uma questão: Descobrir qual é o imaginário da mulher da zona rural do estado do Rio Grande do Sul em relação ao cooperativismo e encontrar alternativas de vida através da vivência em cooperação cooperativa.

Emmy Freundlich (1878-1948), a primeira presidente da Guilda Internacional Cooperativa Feminina, de forma sucinta, afirma a importância que a mulher tem em relação ao sistema cooperativo.

Em nenhum outro sistema as mulheres são chamadas a desempenhar um papel tão importante como no movimento cooperativo. Não há no mundo programa político, nenhuma organização, em que as mulheres tenham uma tarefa tão indispensável. Pelo menos até certo ponto, todos os outros sistemas podem ser realizados sem a

colaboração feminina. As cooperativas de consumo não poderão nunca funcionar sem as mulheres e independentemente da sua colaboração. (SÉRGIO, 1970, p. 374).

Inspirados na citação de Freundlich, podemos afirmar que este estudo se impôs por três motivos: 1. Pela limitada existência de estudos científicos sobre a situação da mulher cooperativista nos diversos segmentos da economia gaúcha; 2. Pela urgência de planejar e agilizar programas de educação cooperativa que incluam a mulher nos programas e projetos que visem o desenvolvimento econômico e social, já que esta é participante, não só por ser mão-de-obra, como também por ser a principal transmissora de valores na família; 3. Para comparar os dados fornecidos pela base teórica sobre a maior necessidade e habilidade das cooperativas de fazer com que as mulheres participem mais de suas atividades, por serem várias vezes, exclusivamente, o chefe da família, com a realidade que se coloca.

Analisamos o imaginário das mulheres cooperativadas em relação às cooperativas nos segmentos agropecuário, de crédito e de trabalho (produção de calçados) e comparamos ao imaginário de mulheres não filiadas a nenhuma cooperativa. O enfoque está dirigido ao imaginário da mulher em relação às cooperativas e quais sugestões ela propõe sobre a produção de diferentes relações sociais dentro da comunidade.

O objetivo geral do estudo foi verificar como a mulher percebe as modificações que estão ocorrendo no mundo do trabalho cooperativo rural e urbano, nos planos político, administrativo, industrial e financeiro-contábil, e que soluções prevêm para resolver problemas locais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, os estudos que abordam as relações de gênero acompanham os diferentes momentos dos movimentos sociais feministas. A partir da década de 1970 a emergência destes movimentos sociais consolida novas forças políticas. Movimentos anticoloniais, étnicos, raciais, homossexuais, ecológicos e de mulheres, para citar os mais expressivos, despontam e modificam lugares e mentalidades.

Esses novos movimentos sociais ou fenômenos político-sociais rompem a unidade das conceituações tradicionais e promovem novas formas de entendimento do mundo. Os movimentos são uma forma de influência coletiva baseada na solidariedade, que se diferencia de outros tipos de ação coletiva porque desenvolve um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Segundo Santos (1997), os movimentos e fenômenos sociais

identificam novas formas de opressão que extrapolam as relações de produção e atingem grupos sociais.

Os movimentos de mulheres surgem no Brasil, a exemplo de outros lugares, a partir da década de setenta, principalmente em São Paulo. Mas a prática desses movimentos sociais tem apresentado, no final dos anos oitenta, e no decorrer dos anos noventa, novas formas de atuação e de inserção na sociedade. No Brasil, os estudos sobre os movimentos femininos refletem também a trajetória dos estudos de gênero no país nos últimos quarenta anos.

A crise econômica e o desemprego podem ser apontados como fatores de desmobilização. O país parece enfrentar, ainda hoje, um processo de descrença que impede grandes mobilizações populares. Mas não podemos deixar de mencionar que, embora a mulher seja a maioria da população brasileira e gaúcha, e também esteja participando ativamente no mercado de trabalho, as relações sociais ainda são marcadas por relações de gênero. Trabalhadores e trabalhadoras são inseridos no mercado de trabalho marcados por desigualdades atribuídas ao sexo. A diferença salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função ainda é discrepante no País.

A mulher, em sua mobilização através do movimento social feminista ou de gênero, não se livrou do trabalho doméstico que, entretanto, foi modificado através de tecnologias devido à sua inserção no mercado de trabalho. Desde o final do século XX, faz-se necessário que o trabalho doméstico seja realizado num tempo hábil para que a mesma mulher possa trabalhar também fora de casa.

Todo o comportamento humano é baseado naquilo que ele conhece da realidade, o que chamamos de real, portanto, segundo Laplantine (1997, p. 12) imaginário é "a interpretação que os homens atribuem à realidade". Para que isso aconteça, não devemos negar o real, mas apoiar-se no real para transformá-lo e deslocá-lo, criando novas relações no aparente real.

Os estudos acerca do imaginário não constituem uma disciplina com objeto e método unificados; trata-se de várias abordagens disciplinares, acessadas por diferentes métodos. Entretanto, o que reúne tantos interesses é o estudo das "representações", ou seja, o sentido e as configurações simbólicas que formatam as maneiras de pensar, que, expressas por práticas sociais, instituem o homem e o seu meio.

Ao invés de lidar com as próprias coisas o homem lida com os simbolismos que tecem os seus mundos. O mundo do homem não é um mundo de fatos é um mundo de percepções: a razão, a linguagem - lógica e conceitual - a ciência, a arte, a religião e os sentimentos são, por isso, dimensões imaginárias. Não há contraposição entre o real e o imaginário porque o real é construído socialmente, o real, portanto, é a interpretação que os homens atribuem à realidade

através das incessantes trocas entre as objetivações e as subjetivações das quais resultam configurações específicas, ou seja, sistemas simbólicos particulares: linguagem, mito, arte, religião, política, ciência, economia; que, expressos por várias formas com diferentes conteúdos, possibilitam que o estudo do imaginário possa ser abordado a partir de múltiplas problemáticas e do ângulo de diferentes disciplinas.

A representação que os indivíduos têm de suas condições de existência é necessariamente imaginária, para assegurar a reprodução das relações de produção existentes, ou seja, para preservar, numa sociedade de classes, a dominação de classes.

No final do século XX, as mulheres ultrapassam as fronteiras do privado e foram ao público, gerando com isto uma crise nas representações do Feminino e do Masculino. O estudo da vida de mulheres expressa os conflitos, as angústias, as ilusões, os desejos e a luta pela transformação estrutural do lugar e papel social da mulher no mundo contemporâneo. Buscam uma valorização pessoal e, ao mesmo tempo, vão ao encontro da satisfação de suas famílias. Sendo assim indispensáveis para o processo de socialização dos filhos.

A análise da ideologia interiorizada nos revela a importância do imaginário no discurso e no “fazer” cotidiano dessas mulheres, ou seja, ele é constitutivo de um discurso explicativo da vida, porém com o poder de organizar ou modificar o próprio espaço onde vivem.

As mulheres rurais, além da longa jornada de trabalho diária, ainda arranjam tempo para auxiliar o marido em seus afazeres e também manter uma atividade econômica paralela como nos primórdios da imigração alemã e italiana. A mulher vendia produtos caseiros como ovos, verduras nas vizinhanças para ter um dinheiro para os próprios gastos e com os filhos. Hoje essa realidade ainda perdura em várias famílias, onde a mulher faz artesanato, possui uma horta e cria algumas galinhas onde o excedente da produção é vendido e o dinheiro aplicado na educação dos filhos e em benefício próprio.

As cooperativas, como forma de organização social e econômica na qual os indivíduos participantes realizam trabalhos em conjunto chegaram para auxiliar nestas tarefas. Unem os cooperativados em torno do objetivo maior que é a ajuda mútua e, a cooperativa compra o excedente dessas mulheres para revendê-los a outros associados.

O movimento cooperativista surgiu em um contexto de profundas mudanças do sistema de produção e de trabalho, provocadas pela Revolução Industrial, particularmente na sua fase inicial, de 1750 a 1850, na qual os trabalhadores eram submetidos a excessivas horas de trabalho, baixos salários e exploração do trabalho infantil e feminino. Neste contexto, vinte e sete tecelões e uma tecelã da cidade de Rochdale, região de *Manchester*, Inglaterra, em

1844, uniram esforços e criaram um pequeno armazém cooperativo de consumo: a "Sociedade dos Equitativos Pioneiros de Rochdale".

Em uma linguagem simples, uma cooperativa deve ter os seguintes objetivos: Considerar o ser humano em primeiro plano. Ele é o fim e não o meio; Produzir e distribuir produtos, não para enriquecer, mas para satisfazer as necessidades humanas; Consumo é a base do sistema de produção e distribuição, como meio de satisfazer suas necessidades; Aproximar o consumidor das fontes de produção eliminando o intermediário, como meio de combater a especulação; Valorizar o indivíduo através do processo associativo; Promover a harmonia social; Respeitar e preservar o trabalho do homem, bem como a livre iniciativa; Racionalizar os métodos de trabalho, mediante a melhor utilização dos recursos e menores gastos; Elevar o homem moral, social e economicamente, estimulando a união, a ajuda mútua e a solidariedade (SCHNEIDER, 2012).

Percebe-se a preocupação em garantir o bem-estar do associado e da sua família. Além disso, a cooperativa valoriza o produtor por garantir o bem-estar de outras pessoas também, uma vez que produzem, visando satisfazer as necessidades do meio urbano, cria-se aí um vínculo ainda maior entre esses dois meios. Com isso se estabelece solidariedade tanto entre os associados quanto entre o camponês e o morador da cidade.

Foi em Rochdale que se iniciou a participação ativa das mulheres no movimento cooperativo. Em 1883, no jornal *Cooperative News*, a senhora Dyke Acland, dirigindo-se às mulheres, propôs a questão:

O que devem os homens fazer quando há um encontro em qualquer lugar para encorajar ou iniciar instituições cooperativas? Vir. Ajudar. Votar. Criticar. Atuar. O que é que as mulheres devem fazer? Vir e Comprar. Este é o principal trabalho para nós as mulheres. Mas por que não faremos mais do que isto? Certamente, sem sair do nosso âmbito e sem tentar empreender trabalho que pode ser melhor realizado por homens, há mais que fazer – para nós mulheres – que gastar dinheiro. É fundamental que gastemos o nosso dinheiro na nossa cooperativa. Mas o nosso dever, o dever para com os nossos semelhantes não termina aí. Vir e comprar é tudo o que pode ser pedido para fazer; não poderemos ir mais além? Por que não teremos nós os nossos encontros, as nossas leituras, as nossas discussões? (SÉRGIO, 1970, p. 371).

A proposta trouxe repercussões positivas junto às mulheres de associados das cooperativas inglesas de consumo. Alguns meses mais tarde, foi fundada a Liga Cooperativa Feminina, precursora da Guilda (associação de mutualidades constituída na Idade Média entre as corporações de operários, artesãos, negociantes ou artistas). Foi importante reunir as donas de casa na cooperativa, porque muitas delas sentiam-se isoladas nas suas casas. A cooperação dava-lhes uma oportunidade para sair do isolamento da casa e estender os seus interesses para uma esfera mais ampla. Depois de fundada, a Guilda Inglesa não limitou as ações ao convívio

e educação cooperativa, mas igualmente lutou para que se estabelecessem as igualdades jurídicas em relação às mulheres.

Devido ao empenho destas Guildas de mulheres, nas duas últimas décadas do século XIX, criando e multiplicando Guildas femininas (clubes de mães), assumiram logo a bandeira do resgate da educação cooperativista e de mais efetiva democracia na cooperativa, aspectos que estavam sendo quase esquecidos nas cooperativas inglesas, conduzindo conseqüentemente, a uma baixíssima participação dos associados nas assembléias gerais e em outras instâncias decisórias das cooperativas. Parece que este descaso pela educação cooperativa se acentuou, quando o governo inglês introduzira e expandira o ensino primário obrigatório, induzindo em vários dirigentes cooperativistas a idéia de que estavam dispensados da tarefa de educação cooperativa, já que agora se introduzia, por iniciativa do poder público, o ensino primário obrigatório, nas faixas etárias correspondentes. Foi graças a esse resgate da educação cooperativa que os Comitês de Educação, que geriam o Fundo de Educação, integrado por 11 membros eleitos pela assembléia geral, passou a ser composto quase totalmente por mulheres. Pela participação nestes Comitês, muitas mulheres inglesas passaram depois a participar pioneira e precursoramente em outros importantes postos de direção do cooperativismo inglês.

As mulheres progressivamente têm conquistado a categoria de cidadãs, uma situação jurídica e política quase em pé de igualdade com os homens, nas últimas décadas do século XIX e, sobretudo no século XX. Têm o direito de voto geralmente reconhecido, mas a maior parte desconhece a sua real importância para o País. Talvez por falta de esclarecimento, a maioria das mulheres não faz relação entre as suas várias atividades de mãe de família, até a vida profissional e a vida do Estado. Muitas não têm presente a importância de sua influência na sociedade como educadora dos filhos e trabalhadora nas mais variadas atividades.

Baseados nos princípios vigentes, os associados do sistema cooperativo interessam-se pelas mulheres para levá-las a ter consciência de si, do seu lugar na comunidade e a conscientizá-las sobre o que é solidariedade e cooperação. Vão interessar à mulher por si só, mas a questão de gênero se faz necessário para que os princípios básicos sejam cumpridos.

É fato que os próprios cooperativistas geralmente, se têm mostrado demasiado conservadores no que diz respeito à cooperação ativa das mulheres. Por inconsciência ou por apatia, têm aceitado sem reação as tradições e os preconceitos estabelecidos. Mas essa contradição entre associados e a cooperativa implica uma contradição permanente nas sociedades cooperativistas inseridas numa sociedade capitalista. A mulher faz as compras, no caso das cooperativas de consumo, onde escolhe os gêneros alimentícios e outros que são

consumidos no lar. Porém, é o homem que tem o poder de discutir e votar na assembléia geral (SÉRGIO, 1970).

É igualmente um fato que agrupamentos de mulheres se têm organizado e estruturado e em alguns países exercem uma autêntica ação social e educativa. A expressão “A Cooperação é a esperança da Humanidade e vós Cooperadoras, vós sois a esperança da Cooperação” (SÉRGIO, 1970, p. 370) - expressa o interesse e a confiança que Marcel Brot, um dirigente cooperativista, tinha na colaboração feminina para a prática de uma autêntica cooperação.

As cooperativas profissionais, agrícolas, artesanais e operárias, têm estreita ligação com os assuntos do lar e dizem respeito tanto à mulher como ao homem, porque ambos trabalham fora de casa ou para fora, como no nosso estudo, os *ateliers* de calçados. A mulher, nestes casos, é tão ou mais interessada do que o homem nos assuntos das cooperativas.

As cooperativas se configuram como alternativa para o trabalhador tanto rural, como especialmente o desempregado urbano, pois permitem ao mesmo tempo estabelecer controle sobre sua organização, pela escolha de seus dirigentes, definição das políticas e prioridades destas mesmas políticas, assim como permite resgatar a responsabilidade do saber técnico do qual o trabalhador é espoliado no sistema capitalista. Essa forma de organização recupera ao trabalhador a dimensão humana do trabalho, mais digna, segura e autônoma. A sociedade cooperativa, quando constituída através da força de vontade de seus cooperados, tem a legitimidade de uma organização administrada e organizada onde todos contribuem de forma igualitária para a formação do capital social.

3 METODOLOGIA APLICADA

Na pesquisa utilizamos como fonte a pesquisa bibliográfica, apoiando-nos em representantes do pensamento cooperativo, bem como em autores que tratam do imaginário e de gênero nas linhas da psicologia, filosofia e ciências sociais.

Trata-se de um estudo de caso especialmente importante para quem se interessar pelo assunto, pois traz novas idéias sobre o cooperativismo, que até no momento, não temos conhecimento sobre trabalhos nesta linha de pesquisa, na região. Assim, nos propusemos a estudar o imaginário da mulher referente às questões de educação e participação cooperativa, verificando como a mulher percebe a cooperativa da qual faz parte e qual a percepção das mulheres que não se associaram à cooperativa.

A escolha das obras que fundamentaram o trabalho recaiu sobre questões que deveriam ser respondidas ao longo do trabalho. Assim, não nos centramos numa só corrente, mas em várias escolas do cooperativismo. Após o delineamento do tema, foram surgindo questões que tivemos que ir respondendo; assim sendo, fomos à procura de autores que respondiam a estas questões, para avançarmos no estudo. Tentamos estabelecer, em ordem cronológica, alguns antecedentes do trabalho da mulher nos setores cooperativos.

A vantagem de se fazer uma pesquisa de campo é o contato com a prática social, bem como com pessoas provenientes e com experiências e realidades diversas, apesar de ter sido realizada num espaço geográfico restrito. As verdadeiras autoras do projeto são quarenta mulheres que entrevistamos e cujos depoimentos são a verdadeira substância do trabalho. A nós coube ordenar os depoimentos e tecer alguns comentários.

As entrevistas foram feitas com mulheres residentes, principalmente, no distrito de Pinhal Alto mais conhecido como “Grande Pinhal Alto” que abrange as localidades de Santa Inês, Nova Harmonia, Feliz Lembrança, Jammerthal, Zona Birck e Zona Schmitt, todas localizadas na área rural dos municípios de Nova Petrópolis-RS, além de Picada Café e Santa Maria do Herval (cidades limítrofes de Nova Petrópolis). As entrevistas foram efetuadas na propriedade de cada uma das participantes, bem como nos locais de trabalho.

As entrevistas com as associadas se procederam de forma aleatória, a partir da relação de nomes fornecidos pelas cooperativas. Na cooperativa Agropecuária Petrópolis Ltda. tivemos alguns problemas de ordem administrativa para conseguir a relação das associadas, porque a cooperativa não dispõe dessa relação. Contamos com a ajuda de um funcionário do escritório da matriz (Bairro Piá) que nos entregou alguns nomes de associadas baseados na linha de recolhimento de leite. No SICREDI, a listagem foi-nos entregue através do gerente da filial de Pinhal Alto, Sr. Canísio Schneider que sempre se mostrou solícito aos nossos pedidos de ajuda. A própria COOPERSHOES, ao saber da nossa intenção de fazer a pesquisa, mesmo antes de solicitarmos, já forneceu o nome das cooperativadas e também liberou as sócias para que pudéssemos realizar as entrevistas no próprio local de trabalho.

As mulheres não cooperativadas também foram escolhidas a partir destas mesmas relações onde elas constavam como segundo titular na carteira da associação. Sendo assim, seu vínculo com as cooperativas era através de seu cônjuge.

A divisão entre associadas e não associadas foi feita para considerarmos a visão de um conjunto de mulheres e não somente as associadas que se caracterizariam como sendo as principais protagonistas deste nosso processo de estudo. Desta forma, ouvir e discutir o contraponto das mulheres não sócias foi importante para o enriquecimento do estudo.

2.1 Cooperativas do Estudo – Breve Descrição

A comunidade de Nova Petrópolis foi fundada em 7 de setembro de 1858, logo após a “Revolução Farroupilha”. O território ocupava uma área de 35.000 hectares e possuía várias Linhas e Picadas, dentre elas Picada Café, onde se instalou a Cooperativa de Produção, que possui associados morando no município de Santa Maria do Herval, também objeto de nosso estudo.

A sede da colônia provincial denominava-se “*Stadtplatz*” (Centro), mais ou menos equidistante destes núcleos centralizaria o comércio, as pequenas manufaturas, os diversos profissionais, bem como as assistências médica, social e religiosa. Nova Petrópolis tornou-se Distrito de São Sebastião do Caí em 1875.

Os imigrantes que chegaram a Nova Petrópolis, desde 1858, eram na maior parte oriundos dos “Estados Alemães”: pomeranos, saxões, renanos e boêmios. Além deles, alguns franceses, holandeses, poloneses, belgas, russos, que haviam fugido dos Estados Unidos da América (EUA), devido à Guerra da Secessão.

Em 1902, criou-se a primeira Cooperativa de Crédito do Brasil e da América Latina: a Caixa Rural de Nova Petrópolis. No município, existira também a “Cooperativa da Banha” que purificava o produto comprado dos colonos, exportando-o em latas para a Inglaterra. Com o passar do tempo, a “Caixa Rural de Nova Petrópolis” foi crescendo na região e a “Cooperativa da Banha” foi extinta.

O município de Nova Petrópolis foi emancipado de São Sebastião do Caí em dezembro de 1954 e implantado em 1955 e uma das metas para o desenvolvimento do município foram as bases agrícolas que receberam investimentos de infra-estrutura, destacando-se a implantação de um novo cooperativismo no exemplo da Cooperativa Agropecuária Petrópolis Ltda. – COAPEL e mais tarde da cooperativa de crédito rural – SICREDI.

A COOPERSHOES – Cooperativa de Calçados e componentes Joanetense Ltda. surgiu neste contexto, no município de Picada Café. O município de Picada Café é ex-distrito de Nova Petrópolis, emancipado em 20 de março de 1992. Localiza-se a 80 Km de Porto Alegre e 20 Km de Nova Petrópolis.

A história da cooperativa de produção inicia com a falência da indústria calçadista – BROCHIER Ltda. - que foi fechada em agosto de 1998. Os ex-funcionários, já sem terras agricultáveis, e muitos jovens nem mais conheciam as técnicas rurais, se uniram para reivindicarem os benefícios previstos nos seus direitos trabalhistas, sendo que, por este

motivo, moveram um processo trabalhista coletivo pedindo a adjudicação de parte do maquinário existente nesta unidade. Esta adjudicação se confirmou em meados de setembro de 1998, com a sentença na Justiça do Trabalho, sendo proferida a favor dos 227 ex-empregados.

4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Iniciamos com a escolaridade das mulheres entrevistadas concentrada até a oitava (8^a série), isto é, possuem somente o ensino fundamental incompleto e, no máximo, ensino fundamental completo. Até o ensino fundamental completo estão 90% das mulheres sócias da Coapel, 100% das cooperativadas da Coopershoes, 50% das associadas do Sicredi e 80% das mulheres não associadas.

As sócias do SICREDI têm maior nível de escolaridade. Das dez entrevistadas, quatro possuem curso superior incompleto e uma possui curso superior completo, perfazendo um total de 50% das entrevistadas que já passaram por alguma Universidade. Nas mulheres não associadas, duas estão relacionadas com a Universidade.

Quanto ao estudo informal, as que mais participam de cursos de aperfeiçoamento oferecidos pela EMATER, são as de menor grau de instrução e, principalmente, as sócias da COAPEL. Isto mostra que as pessoas que não tiveram o estudo formal estão encontrando na informalidade maneiras diferentes de viver melhor. São cursos em numerosas áreas, principalmente em medicina caseira (ervas medicinais), úteis para eventualidades que possam ocorrer na família. Esses cursos são ministrados durante os encontros de clubes de mães. A EMATER, segundo a extensionista Vitalina Zmitjewski, também usa esse espaço para orientar as mulheres quanto ao saneamento básico, higiene das casas e alimentação da família.

A baixa escolaridade influencia nas atividades diárias das mulheres, pois pela pesquisa verificamos que as entrevistadas menos instruídas fazem serviços que exigem mais força braçal enquanto que as que possuem um grau de instrução maior possuem trabalhos que exigem mais do intelecto. Assim, as cooperativas auxiliam em algumas questões como modernização da propriedade entre outros para que essas tarefas se tornem menos exaustivas.

Uma segunda questão pesquisada foi sobre as atividades diárias das mulheres. As famílias obtêm sua renda mensal através das atividades diárias, sendo também uma maneira de socialização e de colaboração para com outros membros da comunidade.

É interessante anunciar que, mesmo sendo trabalhadoras rurais e sócias da Cooperativa Agropecuária, nenhuma das dez associadas entrevistadas consideram a plantação agrícola

como a atividade mais importante, porém seis das dez sócias da COAPEL (60%) responderam que o trabalho mais importante que realizam durante o dia é a lida com animais. Esta ênfase se dá devido ao trabalho sobre a atividade leiteira que a COAPEL realiza junto aos sócios.

Torna-se necessário frisar que uma das entrevistadas, sócia da COAPEL, trabalha na COOPERSHOES para auxiliar na renda mensal da família. O trabalho remunerado feminino está conseguindo cada vez mais espaço no meio rural estudado. Questionada sobre sua situação, ela respondeu que não pretende mais voltar para o serviço caseiro incluindo a agricultura e a lida com animais. Estes trabalhos ficaram a cargo do marido que também faz os serviços domésticos além de cuidar de dois filhos menores. Esta associada preferiu deixar de trabalhar junto à Cooperativa Agropecuária Petrópolis Ltda. para ser uma operária sazonal na cooperativa de serviços COOPERSHOES, onde não possui vínculo cooperativo.

Os homens estão começando a ocupar o lugar da mulher no espaço doméstico. Na região estudada, há vários homens que trabalham em casa, cuidam dos filhos e dos animais, além da agricultura, enquanto a mão-de-obra da mulher está ocupada no espaço público onde é procurada por ser mais barata e mais comprometida. Esta família emergente está tomando o lugar das famílias patriarcais, onde era o homem o responsável pelo sustento da mulher e dos filhos.

Outro ponto que podemos ressaltar aqui é que algumas mulheres não conseguem inconscientemente ou não querem se desvincular de sua habitual atividade de dona de casa pela tradição. Uma sócia da COOPERSHOES, apesar de trabalhar nove horas na cooperativa de calçados, incluindo o tempo em trânsito, considera como seu trabalho mais importante o serviço da casa; entre eles, os cuidados ao marido e filhos.

A mulher não mais dedica seu tempo disponível somente à casa. Vinte sócias e seis não associadas trabalham de 0 a 4 horas diárias em casa, isto quer dizer que no restante do tempo elas têm afazeres diversos fora da casa. Verificamos que as mulheres trabalham mais horas fora de casa. As sócias da COOPERSHOES trabalham poucas horas (em média 2,2 horas) em casa, enquanto que trabalham 9,1 horas, em média, para a cooperativa. Mesmo assim, algumas delas ajudam no serviço da lida com animais e também na agricultura, nas horas vagas.

Das trinta associadas, vinte e uma delas (70%) trabalham mais de 8,1 horas fora de casa. Este é um dos motivos que leva as mulheres a não terem mais tempo para dedicar-se ao serviço doméstico. Outro ponto que chama a atenção é que essa liberdade da mulher quanto ao trabalho da casa parece ser a interiorização das indústrias calçadistas. Este movimento de levar a indústria até a mão-de-obra iniciou-se na região no final da década de setenta e início

da década de oitenta, levando mais de 60% das mulheres a optarem pelo trabalho assalariado, quer dizer, ter seu dinheiro garantido no final do mês.

Algumas mulheres já não conseguem suportar a idéia de ser dona de casa; é o caso das mulheres industriárias. Para elas, trabalhar fora de casa é fundamental para sua auto-afirmação como pessoa.

Podemos dizer que a maioria dos casais, em média 70%, ajuda-se mutuamente nos serviços de casa. Entre esses serviços incluem-se os afazeres domésticos, a lida com animais até o plantio e colheita de produtos agrícolas. Principalmente os associados de cooperativas sentem a necessidade de auxílio, como diz uma entrevistada, “[...]para um não ficar sozinho no serviço. Depois ele se diverte na bodega e eu faço artesanato para vender, enquanto olho a novela”.

Como o caso desta resposta, outras mulheres também se manifestaram que, mesmo depois do serviço diário, que já é árduo e rotineiro, como os serviços agropecuários, ainda têm disposição para fazer outros “bicos” e ganhar um dinheiro extra para complemento da renda familiar, continuando como antigamente, em que as mulheres vendiam ovos, legumes e verduras para a vizinhança, obtendo uma renda para próprios gastos e com os filhos.

Há casos em que a não ajuda entre o casal se processa de maneira cúmplice, isto é, a mulher aceita com resignação que o marido, por trabalhar fora de casa, não tem o compromisso de ajudá-la nas tarefas rotineiras da casa e nem com os cuidados dispensados aos filhos.

“The tut net gernn im Haus schaffen.” (Ele não gosta de trabalhar em casa).

Quanto à percepção da mulher sócia e não sócia de cooperativas em relação às suas atividades diárias, a pesquisa nos mostra que a maioria das mulheres (60% em média) considera o seu trabalho agradável, apesar de se depararem com as dificuldades.

Das quatro respostas dadas pelas associadas para justificar o trabalho cansativo, três disseram que gostariam que sua propriedade fosse mais modernizada, que tivesse mais máquinas, ordenhadeiras mais modernas, que faltam equipamentos e principalmente mão de obra. Os filhos das mulheres agricultoras procuram fora de casa um espaço com maior retorno econômico, assim os pais ficam sozinhos e não agüentam o serviço pesado que a agropecuária exige. Reclamam também da falta de infraestrutura. A cooperativa agropecuária exige e eles como associados não têm condições de pagar, também pelo motivo do ganho ser pouco para se conseguir fazer as melhorias necessárias.

Entre as mulheres não associadas, a justificativa dada para o trabalho cansativo foi unânime: a falta de opções de outro emprego. O perigo do desemprego por muito tempo faz

com que as mulheres continuem no emprego que não as satisfazem, mas em troca, no final de cada mês, dispõem do salário para ajudar no sustento da família.

Verificamos que as preocupações com o porvir diferem entre os dois grupos. Enquanto que as associadas se preocupam com as instalações de sua propriedade e sua melhoria para garantir a associação com a cooperativa e com as rendas futuras, as não associadas estão preocupadas com o emprego que possuem e a insegurança sofrida nas indústrias e nos setores onde exercem suas atividades. Pelo estudo que fizemos, parece-nos que a falta de emprego não atingiu as associadas das cooperativas, até o momento.

O complemento à questão do emprego está nas respostas onde o grau de satisfação da valorização pelo seu trabalho varia de 70% até chegar a 100%, no caso da COOPERSHOES. A unanimidade da valorização das mulheres da cooperativa de trabalho, talvez se justifique pela remuneração que as mulheres recebem pelo seu trabalho em forma de salário. Anteriormente às indústrias de calçados particulares ou em forma de cooperativa instaladas na área rural, as mulheres sentiam-se obsoletas, por não terem remunerado o seu trabalho e até hoje o trabalho doméstico não é considerado como trabalho produtivo. Apesar de algumas mulheres poderem receber a aposentadoria por trabalho rural, preferem contribuir com o INSS como forma de se beneficiar futuramente.

Algumas mulheres justificaram que através da realização pessoal encontram a valorização. Prestam serviços à comunidade e por este trabalho conseguem satisfazer seu ego, apesar de nem sempre se sentirem realizadas com os afazeres domésticos:

“Porque o trabalho que realizo com as crianças me deixa bem feliz e o tempo que tenho para trabalhar em casa completa o círculo da minha satisfação, onde eu mesma cuido do nenê, dou atenção maior a ele.”

Duas entrevistas, nas quais as mulheres não se sentem valorizadas estão somente associadas à Cooperativa Piá. Dizem elas:

“As cooperativas, sindicatos e outros, não vêem a importância do pequeno proprietário.”

As associadas da COAPEL reclamam da falta de assistência médica-hospitalar, tempo para lazer, e que não há leis trabalhistas que as protejam.

Quanto à responsabilidade financeira, temos uma confirmação de que o homem já não mais possui a autonomia sobre a situação financeira da família. Constatamos que é costume adotado pelas famílias cooperativadas, ter as finanças organizadas por todos. O casal decide junto com os filhos, no caso de associados das cooperativas, o que é feito com o dinheiro que é arrecadado com o trabalho realizado. Os motivos pelos quais foi feita esta decisão são os

mais variados possíveis, podendo-se destacar: a facilidade (tempo) com que os homens se deslocam até ao banco, a moradia por ser dividida ainda com os filhos, entradas e saídas de dinheiro, são de responsabilidade de todos.

Uma entrevistada chamou a atenção para a questão da educação dos filhos que ela considera importante. O marido se refere à educação como “gastos inúteis” e para contornar a situação, a mulher utiliza o dinheiro de sua própria aposentadoria, mesmo sem o consentimento do marido para ajudar as suas filhas, expressando-se assim,

“Eu cuido da minha aposentadoria e o (marido) cuida do resto. E os estudos da (filha mais nova) é comigo porque o (marido), pelo pouco estudo que ele tem, ele não valoriza. Se ele tivesse que pagar um cursinho ele não pagaria. Que nem pra (filha mais velha), cada mês dou R\$ 150,00 (para ajudar a pagar o curso superior). Isso tudo junto já daria uns R\$ 9.000,00 a R\$ 10.000,00. Mas para o (marido) isso não precisa acho que é porque ele não valoriza.”

A maneira mais eficaz encontrada pelas entrevistadas para se chegar ao acordo de planejar os gastos da renda familiar é o diálogo. Ao analisar as respostas, vemos que o diálogo faz parte da maioria das famílias que chegaram à conclusão de que o casal teria um favorecimento em comum compartilhando tudo.

Até o casamento em regime de comunhão de bens foi levado em consideração na hora da decisão de delegar as responsabilidades financeiras da família, onde o casal se responsabiliza mutuamente.

No caso das não cooperativadas, em 70% dos casos o casal faz o planejamento da destinação da renda familiar. E 50% das decisões foram respondidas com o “sempre foi assim”, querendo dizer que já incorporaram a decisão e ignoram os motivos como foi feita a escolha. A tradição familiar também é um fator decisivo na delegação da responsabilidade financeira, apesar de que com o passar do tempo, novos paradigmas tenham surgido.

Uma das mulheres não associadas ainda tem bem presente o patriarcalismo que dominou o mundo feminino por décadas. A resposta foi “*wal the is io de Mann hier deheim*” (porque ele é o homem aqui da casa), levando como natural a idéia de que as responsabilidades importantes da casa são da alçada do marido.

O homem, ainda em alguns casos, é o único responsável pelo controle financeiro da casa, podemos ver na tabela seguinte complementando a anterior, que a mulher desta região não foge aos padrões nacionais, isto é, também são mal remuneradas em relação ao homem.

Questionou-se a que se deve a confiança através do trabalho cooperativo e as respostas foram variadas.

“Porque a união faz a força. E isso é que vale para transformar uma comunidade em uma comunidade forte.”

“As pessoas se tornam mais sociáveis, comunicativas.”

“Se estabelece uma relação de cumplicidade, dividindo as responsabilidades.”

Uma das entrevistadas da COAPEL descreveu a relação de confiança entre os vizinhos da seguinte maneira,

“Phó helfe sich mit. Andere sin shon net so wal die petzole aneschta fa wea guth milich und viel milich hot, phó gewe untsufriede und socó schlecht iwa die andre.” (Alguns se ajudam mutuamente. Outros, porém, são o contrário, pois devido às diferenças pagas no leite, qualidade e quantidade, há descontentamento e até inveja).

Essa fala nos traz à tona que nem todas as relações entre os associados são totalmente amistosas. Às vezes, são bem-vindas até o momento em que começa a competitividade entre as pessoas, ou até mais simples, até que souberem o preço que recebem pelo leite na cooperativa.

A questão “qual é a importância da cooperativa para a comunidade” foi argüida somente para as mulheres não associadas. Uma mulher mostrou-se desiludida com as cooperativas em geral, porque foi vítima de uma cooperativa de prestação de serviços que, pelos seus comentários, faliu e não conseguiram reaver seus três últimos meses de salário.

Na atualidade, precisa-se ter um cuidado com as “falsas cooperativas” que se constituem para burlar as leis e pagar menos impostos e não para visar um bem comum, como foi o caso desta senhora que ficou com uma mágoa contra as verdadeiras cooperativas. Por falta de conhecimento, até por negligência das cooperativas, não há uma maior educação cooperativista para alertar as pessoas que existem empresas que dizem ser idôneas, mas que na realidade, vestem-se de cooperativas para burlar as leis.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A idéia de conclusão não é o termo correto para finalizar este estudo, pois o nosso objetivo não era de concluir, mas abrir, explorar e proporcionar algumas reflexões sobre o imaginário em relação ao cooperativismo no Rio Grande do Sul.

Este trabalho analisou um grupo de mulheres que vivencia um processo de transformação agrícola e se constitui num segmento social que ascendeu socialmente da condição de trabalhadoras, depois “trabalhadoras cooperativadas” agrícolas modernizadas,

passando de uma sociedade tradicional rural para uma sociedade rural urbanizada, participando de dois momentos distintos: antes e depois de sua filiação à cooperativa.

Também analisou outro grupo de mulheres que vivencia este processo de transformação agrícola e participa da transformação da sociedade, mas não passou pelo processo de cooperativização, apesar de conhecer um pouco de seu trabalho.

Alguns estudos sobre a mulher, como diz Sarti (1985) criam uma imagem de mulher ideal, aquela que se identifica com o mundo público e não aceita a relação hierárquica do domínio do privado, um mito de mulher. São os mitos ou idealizações que nos impedem de problematizar questões relativas às diversas realidades às quais as mulheres estão submetidas.

Estamos cientes de que investigar um campo pouco explorado é tatear e se lançar ao desconhecido; talvez um grande mérito deste trabalho resida, exatamente, no fato de ser exploratório e pretender ampliar essas discussões para além do meio universitário.

Na região onde foi realizado o estudo – o distrito de Pinhal Alto no município de Nova Petrópolis – predominam as pequenas propriedades agrícolas. Essa região passou por um processo de penetração do capitalismo no campo a partir da década de 80. Atualmente evidencia, entre outros indicadores, o incremento da modernização das propriedades através da cooperativa agropecuária e de crédito. Também surge a importância das indústrias e *ateliers* de calçados que utilizam a mão-de-obra disponível, antes predominantemente agrícola, principalmente de jovens e mulheres.

Nossa análise referenciou o trabalho das cooperativas existentes na região mais precisamente nos aspectos político, administrativo, contábil-financeiro e industrial em relação à mulher.

Procuramos tornar visível o desempenho dessas mulheres escolhendo o espaço privado para estudo e analisando as atividades tanto no estabelecimento agrícola como no trabalho industrial. Focalizou-se a casa por ser o espaço de reprodução e “*locus*” onde se desenvolvem inúmeras atividades de transformação que não são estatisticamente computadas por não serem consideradas atividades econômicas. Embora tudo o que se produza aí, se realiza através do trabalho, mesmo que não seja em forma de mercadoria. Além disso, a casa, por ocultar uma variedade de posições em diferentes estruturas produtivas coexistentes com o capitalismo, é um espaço privilegiado de observação, pois permite a diferenciação entre trabalho e emprego, entre atividades domésticas e não domésticas.

A penetração do capital na região se impôs pela especialização da produção. Como consequência das transformações ocorridas no processo produtivo dessas pequenas propriedades, verificou-se uma maior integração dessas unidades agrícolas com as

cooperativas. Essa integração deu-se, por um lado, através da aquisição de bens duráveis e insumos e, por outro lado, através do fornecimento de matéria-prima que, na maior parte dos casos, na produção do leite, toma uma forma de organização “integrada” ou “semi-integrada” à indústria. Com isso, ao mesmo tempo que aumentaram a produção e a renda bruta, as mulheres entrevistadas trabalham menos e tornam-se mais independentes.

As mulheres industriárias cooperativadas, sentem também essa integração mais em relação à renda, que agora se tornou mensal, através dos salários pagos, sendo valorizada pelo trabalho que realiza. Podem contar, no final do ano, com a divisão das sobras entre os associados.

Segundo as mulheres cooperativadas, os fatores responsáveis pelas transformações ocorridas nessa região foram as políticas adotadas pelas cooperativas, principalmente aquelas com o objetivo de conceder o crédito para aquisição de equipamentos agrícolas a juros abaixo dos valores de mercado.

O primeiro passo num processo de transformação é pensar possibilidades e utopias, pois o mundo inteiro se transforma. Formar consciências através da construção do imaginário, pensar estratégias e ousar ir além do que nos parece sensato, possível, ou “natural”, possibilitará a construção de um mundo mais justo e com outras realidades.

Na análise efetuada sobre a atividade da mulher, observou-se que, na maioria dos casos, é vista como um componente importante da força de trabalho familiar. Assim como o homem, a mulher desenvolve um sobretrabalho para assegurar, juntamente com os outros membros da família em idade ativa, o mínimo necessário para a sobrevivência. Além disso, a mulher alia a este trabalho produtivo, atividades domésticas que igualmente são importantes à sobrevivência do grupo familiar.

Verificamos uma falta de consciência em relação ao aprisionamento que reflete-se na ausência de questionamentos por grande parte das mulheres, dos inúmeros papéis que lhe são impostos, e que tentam cumprir, acreditando que a valorização social virá do reconhecimento da sua competência em conseguir desempenhá-los, todos ao mesmo tempo, com muita eficiência. Ao contrário, o que ocorre é um aumento de carga sobre a mulher que, como no mito ou no ideal, deve agora acrescentar mais uma faceta em sua montagem – ser também uma profissional competente.

Particularmente no meio rural, onde prevalece o trabalho informal, a adoção de um modelo em que os trabalhadores gerenciam e comercializam o seu trabalho tem sido uma forma pela qual estes se unem em defesa de seus interesses e para solução de seus problemas.

As cooperativas agropecuárias têm se mostrado como uma forma de emancipação do trabalhador rural.

Uma importância de se investir em projetos com mulheres é clara, porque ao trabalhar com a mulher, está-se de uma forma mais efetiva contribuindo para o bem-estar das gerações futuras e passadas, porque geralmente cabem à mulher os cuidados com os idosos, além de seus trabalhos produtivos economicamente. Temos presente que o trabalho das mulheres na manutenção do bem-estar das suas famílias não é contabilizado no PNB (Produto Nacional Bruto) de nenhum país, como não o é a riqueza que advém da agricultura doméstica ou da produção de bens artesanais para venda.

Investir em uma imagem positiva da cooperativa e mostrar o cunho social a que ela se propõe também pode ser eficaz na concorrência com as empresas capitalistas. É o caso da proteção ao meio ambiente, da segurança alimentar, da distribuição da renda, do combate ao desemprego. O cooperativismo, assim como os programas sociais dos governos, pelos seus princípios sociais, poderiam ser parceiros em prol do bem-estar de seus cidadãos.

A mulher geralmente é mais participativa e mobilizadora de movimentos sociais; é líder ativa de comunidades em nível local; mostra-se mais interessada do que o homem na proteção do ambiente e na paz; é mais cuidadosa no saldar os compromissos de empréstimos, além de ser mais voltada para a administração e o bem-estar do lar, da pequena propriedade, entre outros.

Através deste estudo, podemos afirmar que a contradição central na “modernização da mulher” é que se o trabalho é enriquecedor, se traz uma complementação da renda e ajuda na instauração da negociação com o cônjuge, é fato também, que a vida doméstica é parte importante destas mulheres e na sua realização. Porém, não é mais possível continuarmos considerando o cotidiano doméstico dentro dos padrões tradicionais, com sua hierarquia e atribuições assimétricas, que cerceiam as potencialidades da mulher enquanto sujeito social.

Tomar parte ativa na organização cooperativa que é democrática significa participar em plenitude de direitos e deveres. Ultrapassar a situação de minoridade ou incapacidade e ser considerada de igual para igual com o homem, participando da vida cooperativa com o seu poder. A participação ativa das mulheres na vida cooperativa ainda não atingiu a estruturação e a amplitude que por direito e dever lhes cabe. Essa tarefa de chamar à participação é sempre de uma importância fundamental, faz parte integrante da organização cooperativa.

Embora esta pesquisa tenha se constituído em um estudo de caso, que analisa em profundidade o objeto em foco, suas conclusões mais gerais podem ser aplicadas a outros grupos de associadas de cooperativas. Existe ciência das mulheres associadas, do fato de que

as cooperativas devem investir mais em educação, pois é ela que conduzirá as mulheres a uma maior participação. O fato de que são os homens que votam e discutem os rumos da cooperativa e as mulheres somente são informadas dos acontecimentos ainda condiz em algumas circunstâncias. A valorização se dá quando recebem elogios pelo trabalho efetuado, o que se torna suficiente no momento. Buscam a realização pessoal e financeira, através de seu trabalho feito com qualidade. Porém, as associadas também percebem que não há diferenciação entre homens e mulheres dentro da cooperativa em questão de buscar e obter financiamentos, preço dos produtos vendidos à cooperativa, mesmo tratamento recebido pelos dirigentes e funcionários, entre outros. Elas não esperam que seja diferente e consideram que não há nada mais justo do que ter os mesmos direitos do homem.

As não associadas a cooperativas analisam a luta travada pelas mulheres no trabalho, no lazer e até na cooperativa. Acreditam que o preconceito contra o feminino é grande e os homens não se apercebem disso ou, quando cientes, não interferem em prol da transformação. Visualizam que nas cooperativas existentes na região as colaboradoras ainda precisam lutar pelos seus ideais, participar ativamente e mudar o quadro de domínio masculino que ainda persiste.

Verificou-se que os princípios rochdaleanos que nos propusemos a estudar, de uma forma geral, estão sendo firmados pelas cooperativas. Qualquer pessoa pode aderir às cooperativas agropecuária e de crédito em questão, desde que entrem com o valor respectivo cobrado pela adesão, que é a quota capital. Na cooperativa de trabalho, a livre adesão ocorreu entre os ex-funcionários da indústria Brochier S.A. e, por enquanto, não possuem idéia de ampliar o quadro de sócios. Assim, os associados têm direito a opinar, a candidatar-se a cargos diretivos, se assim o desejarem e usufruirm das vantagens que as cooperativas oferecem.

O controle democrático, apesar de funcionar dentro do propósito (ter votação para a diretoria na Assembléia Geral onde todos os associados podem votar) algumas mulheres associadas da COAPEL e do SICREDI não concordam quando chegam na Assembléia Geral e a chapa para a diretoria já está completa, somente precisando aprovar ou não a nominata para a direção. Consideram que os sócios deveriam ser consultados antes dessa Assembléia. Este fato não ocorre na COOPERSHOES, pois, pelo número reduzido de sócios, e onde todos trabalham sob o mesmo teto, o controle é mais fácil de ser feito. Sendo assim, a cooperativa agropecuária e de crédito deveriam ser mais transparentes na hora de compor a relação dos nomes que irão formar a diretoria da próxima gestão.

A discriminação sexual ainda persiste nas cooperativas estudadas. No caso da COAPEL, ela é mais notória que nas outras duas cooperativas estudadas. Conforme autores como Pinho (2000a) e Sérgio (1970) que fundamentaram esta pesquisa, ainda é uma prática comum na área agrícola. O SICREDI e a COOPERSHOES já superaram esta discriminação sexual e são reconhecidos por seus associados por tratarem todos de maneira igualitária; assim como também investem na educação de seus associados. Estes investimentos ocorrem, mas de maneira sutil; as entrevistadas acreditam que esta educação cooperativa deveria ser levada mais a sério por parte das próprias cooperativas, pois ao que nos parece, ainda não estão dispostas a investir mais em seus associados.

A mulher cooperativada tem um trabalho no âmbito privado de cuidar da casa dos filhos e ajudar o marido nas tarefas diárias da agricultura e pecuária, além de ter sua própria produção de artesanatos ou plantação de verduras ou ainda criação de galinhas poedeiras para renda própria. Não se preocupa com a questão do emprego, pois acreditam na capacidade da cooperativa. Estão preocupadas em modernizar a propriedade e continuar fazendo parte do quadro de associados de sua cooperativa.

Já as mulheres não cooperativadas possuem um dia-a-dia similar em questão de trabalho, trabalham em casa e muito mais fora dela. Porém sofrem do mal chamado desemprego que as assusta e as deixa intranquias. Tanto a maioria das associadas a cooperativas como das não associadas possuem suas tarefas rotineiras de trabalho caseiro aliado a um trabalho público, em empresas ou pequenas empresas, onde exercem seu trabalho produtivo. Os cônjuges, em sua maioria, já possuem o hábito de ajudar suas esposas nas tarefas de casa, auxiliando sempre que possível também na educação dos filhos, apesar de alguns cônjuges terem se mostrado contra os gastos com educação.

O modelo cultural, construído pelo imaginário e interiorizado pelas mulheres, é o da mulher que trabalha, que é realizada como pessoa, satisfeita na sua vida sexual e que busca fazer o que gosta de modo prazeroso. Como todo modelo, este também direciona as vivências e os comportamentos, idealizando uma mulher que na experiência concreta quase inexistente, e que se frustra e se angustia ao perceber que a realidade lhe mostra o contrário idealizado.

As mulheres sócias das cooperativas estudadas nos mostraram que o dia-a-dia delas melhorou muito após sua participação mais ativa na cooperativa. Agora elas possuem todos os tipos de ajuda necessária quando possuem doenças entre os animais, problemas financeiros, ajuda de amigos e vizinhos para trabalhos mais difíceis ou que exijam rapidez. O que chamou a atenção é que as mulheres não associadas vêm mais vantagens em ser associada de cooperativa como as próprias cooperativadas. Talvez porque a visão de quem está dentro do

sistema seja ainda muito individualista e paternalista. Quer dizer, acreditam que a cooperativa poderia dar mais incentivos e ajuda financeira aos agricultores. Esta discussão não atinge as cooperativadas da COOPERSHOES que se sentem satisfeitas por estarem trabalhando e fazendo parte do quadro de associados desta empresa-cooperativa, salvo uma entrevistada que possui problemas de trabalho, mas não de gestão. A valorização que estas mulheres sentem por serem úteis ao sistema cooperativo e cooperar com os vizinhos e comunidade também chamou-nos a atenção.

Porém, a vivência da liberdade de um espaço próprio e o tempo vivido fora de casa vêm alterando lentamente a configuração do casal, da família e da relação da mulher com a casa. Nem sempre o trabalhar fora garante à mulher uma negociação do seu espaço com o cônjuge. A falta de um projeto profissional e a baixa remuneração fazem com que o cônjuge não reconheça o seu trabalho enquanto tal.

A educação cooperativa influencia a mulher cooperativada da comunidade rural e urbana, na medida em que vai ao encontro de seus desejos e suas angústias. As associadas querem conhecer mais do sistema e fazer acontecer a cooperação entre os indivíduos de sua comunidade. Na comunidade rural percebe-se que a rivalidade por diferenciação entre os produtos gera questões delicadas que deveriam ser dissolvidas com uma educação para o crescimento de todos. Falta apoio por parte do setor educacional das cooperativas em ensinar às pessoas a serem cooperadoras, não apenas querendo que a cooperativa faça a sua parte, mas integralizando-se juntamente com os outros associados visando o bem comum.

O grupo das mulheres associadas de cooperativas não dispensa a presença da cooperativa. Querem a sua participação, principalmente no sistema de financiamento parcelado ou no sistema de troca-troca, que constitui o pagamento do financiamento através do leite *in natura*, ocorrendo aí uma operação em que o tomador do empréstimo vai quitando sua dívida somente com a entrega do produto, não necessitando operacionalizar conta bancária ou dinheiro vivo. Apesar das dificuldades ainda enfrentadas no início do século XXI, as mulheres acreditam que a cooperação ou associação é a melhor forma de mudanças e de ajuda mútua que possa ocorrer na comunidade rural ou urbana.

REFERÊNCIAS

BANCOOB. *BANCOOB*: o banco que completa as cooperativas de crédito do SICOOB. Brasília, DF: BANCOOB, 2000.

BLOOR, David. *Conhecimento e imaginário social*. São Paulo: UNESP, 2008.

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 9ª ed, 2010.
- FREIRE, Nadia Maria Schuch. *Mulher, Trabalho e Capital no Campo: Um Estudo da Pequena Produção em Cruzeiro do Sul – RS*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – IEPE, Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Pós-Graduação em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.
- FRIEDRICH, O. A. *Comunicação rural: proposição crítica de uma nova concepção*. 2. ed. Brasília: EMBRATER, 1988.
- LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- LAUSCHNER, Roque. Agribusiness, Cooperativa e Produtor Rural. *Perspectiva Econômica*, Série Cooperativismo, São Leopoldo: Unisinos, v. 28, n. 80-81, p. 33-34, 1993.
- LAVINAS, Lena. Mulher Rural: uma visão retrospectiva da produção científica. In: SEMINÁRIO MULHER RURAL: IDENTIDADES NA PESQUISA E NA LUTA POLÍTICA, 1988, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988. p. 17-40.
- MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.
- PINHO, Diva Benevides. *Economia e Cooperativismo*. São Paulo: Saraiva, 1977.
- _____. *Universidade, Gênero e Cooperativas: OCB debatendo grandes temas do século XXI*. Brasília, DF: SESCOOP, 2000a.
- _____. *Gênero e Desenvolvimento em cooperativas: Compartilhando igualdade e responsabilidades*. Brasília, DF: SESCOOP/ESETEC; OCB, 2000b.
- SARTI, Cynthia A. *É a sina que a gente traz. (ser mulher na periferia urbana)*. 1985. Dissertação (Mestrado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- SCHNEIDER, José Odelso. *Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa*. 2. ed. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 1999.
- _____. A Doutrina do Cooperativismo: Análise do Alcance, do Sentido e da Atualidade dos seus Valores, Princípios e Normas nos Tempos Atuais. In: *Cadernos Gestão Social*, Vol. 3, N. 2 (2012).
- SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, v. 6, n. 2, jul./dez. 1990.
- SÉRGIO, Antônio (Org.). *O Cooperativismo: Objectivos e Modalidades*. Lisboa, 1970.

NOTAS

¹ Atua no Departamento de Economia da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT e Pesquisa sobre Sociologia Econômica (Redes e Capital Social) no Doutorado em Ciências Sociais na Universidade do Rio dos Sinos - UNISINOS. Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. E-mail: a.centenaro@hotmail.com. Endereço profissional: Av. dos Ingás, 3001 - Jardim Imperial Sinop - Mato Grosso. CEP: 78555-283. Tel: (66) 3511-2108. www.unemat.br